Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital Universitário João de Barros Barreto - HUIBB

Origem: 1º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho de Belém

Assunto: Apurar falta do serviço de ambulância nos finais de semana e feriados no HUIBB.

2.5.2. Processo nº 000049-151/2015

Requerente(s): Controladoria-Geral da União - CGU

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém - PMB

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na Tomada de Preços nº 006/2008, firmada com a empresa CONTÉCNICA - Consultoria Técnica Ltda., para elaboração de projeto executivo destinado à urbanização da Bacia do Paracuri.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DOS DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, por ser esse o órgão que possui atribuição para atuar nos feitos, referentes aos itens 2.5.1 e 2.5.2 devendo os autos ser remetidos com a devida urgência ao Ministério Público Federal, de acordo com o art. 8º, inciso IX, do Regimento Interno deste E. Conselho Superior e art. 3º, da Resolução n.º 005/2014/MP/CSMP.

2.5.3. Processo nº 000074-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): C.P.S.

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade do menor M.P.S.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 23 da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE n.º 057/2006, considerando que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para esclarecer o objeto da denúncia, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto.

2.5.4. Processo nº 000191-036/2016

Requerente(s): Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Disque 100

Requerido(s): T.S.O.; O.M.T

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar denúncia registrada no Disque 100 sob o nº 615204, comunicando suposta situação de negligência e abuso sexual vivenciada pela menor T.S.T..

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 23 da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE n.º 057/2006, considerando que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para esclarecer o objeto da denúncia, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto, tendo em vista que não existem elementos que demonstrem qualquer tipo de abuso sofrido pela menor.

2.5.5. Processo nº 000157-012/2016

Requerente(s): Associação Amigos da Natureza - AMANA

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Castanhal

Origem: 5º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar a legalidade do pagamento de taxa de iluminação pública cobrada pelo município de Castanhal

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito, por se tratar de Notícia de Fato, nos moldes da Súmula nº 001/2017 e com base na Resolução nº 010/2011-CPJ, em seu art. 13, caput c/c §§1º e 4º, procedendo-se a devolução dos autos ao Órgão de origem, para os posteriores de direito.

2.5.6. Processo nº 000307-040/2017

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Estabelecimento "Engarrafamento do Forró"; "Bar Alto"; Carretinha de Som de propriedade de pessoa conhecida como "Do Gás"

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar ocorrência de poluição sonora e irregularidades ambientais na Vila do Apeú

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito,

devendo os autos retornar à Promotoria de Justiça de origem para cumprimento das seguintes e indispensáveis diligências elencadas abaixo:

Junte aos autos informações quanto a eventual operação deflagrada para combater e reprimir a poluição sonora; e em caso positivo, informe acerca das medidas adotadas quanto ao resultado da operação;

1. Oficie ao Corpo de Bombeiros solicitando relatório de concessão do habite-se, visando apurar se de fato as adequações físicas foram realizadas;

2. Caso necessário, celebre um Termo de Ajustamento de Conduta, conforme anteriormente proposto (fls. 113/114); ou tome as providências de estilo, com os posteriores de direito;

3. Após cientifique todos os interessados, nos moldes do §1º, do art. 23, da Resolução n.º 010/2011-CPJ.

2.5.7. Processo nº 000005-012/2017

Requerente(s): Nilton Paes Cardoso

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Afuá

Origem: PJ de Afuá

Assunto: Apurar atraso no pagamento do benefício "Bolsa de Estudo Municipal para Órfão – Bolsa Órfão"

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, face o exposto, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, devendo os autos retornar à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do art. 23, §3º, I da Resolução nº 10/2011 – CPJ, para cumprimento das seguintes e indispensáveis diligências elencadas abaixo: Oficie à Secretaria Municipal de Educação solicitando informações quanto à atual viabilidade do programa Bolsa Órfão, inclusive devendo juntar os demonstrativos de dotação orçamentária quanto ao referido programa;

1. E, no caso de comprovada a inviabilidade de continuação do Programa Bolsa Órfão, expeça Recomendação para que o capítulo da legislação, referente ao programa, seja revogado; ou tome as providências de estilo, com os posteriores de direito;

2. Após cientifique todos os interessados, nos moldes do §1º, do art. 23, da Resolução n.º 010/2011-CPJ.

2.5.8. Processo nº 000020-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Baião

Origem: PJ de Baião

Assunto: Exigir do município de Baião a imediata elaboração e implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme previsão na lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da Lei 12.594/2012 (instituiu Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, face o exposto, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 23 da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE n.º 057/2006, uma vez que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para solucionar o objeto da demanda, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto, posto que os motivos que o ensejaram não mais persistem.

2.5.9. Processo nº 000044-012/2017

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios - TCM

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba

Origem: 4ª PJ Cível e de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais, do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Marituba

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação de funcionários temporários pela Secretaria Municipal de Administração-SEMAD e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social-SEMADS referentes ao processo nº 201321538-00, do TCM, contratos nº 02 a 09, 13 e 14, todos de 2013.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, convertendo o julgamento em diligência, nos termos do art. 23, §3º, I da Resolução nº 10/2011 - CPJ, devolvendo os presentes autos à Promotoria de Justiça de origem, para cumprimento das seguintes e indispensáveis diligências elencadas abaixo:

Oficie à SEMAD E SEMADS, solicitando informações e documentos quanto ao fato dos contratados temporariamente por meio dos contratos n.º 02 a 09, 13 e 14 ainda pertencerem ou não ao quadro funcional do ente público;

1. Diligencie no sentido de verificar o andamento de novo concurso; após cientifique todos os interessados, nos moldes do §1º, do art. 23, da Resolução n.º 010/2011-CPJ; ou tome as providências de estilo, com os posteriores de direito.

2.5.10. Processo nº 000086-450/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 1º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar a regularidade no fornecimento e a qualidade da merenda escolar, bem como o déficit de merendeiras nas escolas estaduais.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 23 da Resolução nº 010/2011-CPJ, art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e art. 57, da LCE n.º 057/2006, uma vez que a intervenção do Ministério Público foi suficiente para solucionar o objeto da causa, não havendo mais razões que justifiquem a atuação do Parquet no caso concreto, posto que os motivos que o ensejaram não mais persistem.

Registrou-se a ausência justificada da Conselheira Dra. Leila Maria Marques de Moraes, nos itens 2.5.9, 2.5.10,

Registrou-se ausência justificada do Corregedor-Geral, e.e., Dr. Manoel Santino Nascimento Junior nos itens 2.5.1 a 2.5.10.

2.6. Processos de Relatoria do Conselheiro Luiz Cesar Tavares Bibas:

Registrou-se o impedimento de voto da Exma. Conselheira, Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, nos termos do art. 37, § 5º, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

2.6.1. Processo nº 000152-151/2015

Requerente(s): Elbanisa de Andrade Pimentel, Cintia do Socorro Feliz Dantas de Freitas, Nubiete Viana Maia, Lorena Moura de Amorim, Larissa Nicolau Pereira, Rosiane Endemann, Marcia Vera Vidigal de Albuquerque

Requerido(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - TCM

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades na concessão de ajuda de custo a servidores do TCM

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, retificado em sessão, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e, conseqüentemente, pela NÃO HOMOLOGAÇÃO do arquivamento do feito, nos moldes da Súmula 001/2017-CSMP e com base no art. 79 do Regimento Interno do CSMP, devendo os autos retornar à Promotoria de Justiça para que lá seja realizado o arquivamento. Determinou ainda, que fosse oficiado à CGMP, para conhecimento da decisão e providências cabíveis.

2.6.2. Processo nº 000180-012/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Câmara Municipal de Santarém Novo

Origem: PJ de Santarém Novo

Assunto: Apurar irregularidades na prestação de contas da Câmara Municipal de Santarém Novo, referente ao exercício financeiro de 2003

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator à época, Dr. Nelson Pereira Medrado, ratificado pelo Exmo. Conselheiro Relator atual, Dr. Luiz Cesar Tavares Bibas, haja vista a ocorrência da prescrição da pretensão, uma vez que já transcorreram mais de 5 (cinco) anos após o término do exercício de mandato.

2.6.3. Processo nº 000162-111/2015

Requerente(s): A Coletividade

Requerido(s): Tim Celular S/A, Claro S/A, Oi Celular, Vivo S/A

Origem: 3º PJ do Consumidor

Assunto: Apurar descumprimento de cláusula contratual pelas empresas de telefonia celular.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator à época, Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, ratificado pelo Exmo. Conselheiro Relator atual, Dr. Luiz Cesar Tavares Bibas, haja vista não existirem mais diligências a serem cumpridas pelo Órgão Ministerial.

2.6.4. Processo nº 000219-012/2015